

UM ESTUDO DOS MANUAIS DE HISTÓRIA DO ACERVO DA BIBLIOTECA DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE FORTALEZA (1864-1888)

Rafaela Gomes Lima
Doutoranda em História Social
Universidade Federal do Ceará
rafagl83@gmail.com

Resumo

O estudo aqui realizado pretende analisar algumas das obras constantes do acervo do núcleo formador da Biblioteca do Seminário Episcopal de Fortaleza, mais precisamente livros de História, geral e do Brasil, utilizados na formação dos alunos dos cursos oferecidos no seminário entre os anos de 1864 e 1888, tendo em vista essa instituição ter sido de grande importância para a formação de uma camada letrada e intelectual atuante na província do Ceará. Para tanto foram selecionados alguns títulos que podem ser considerados exemplos, tanto da produção historiográfica do século XIX, quanto da forma pela qual se entendia que o conhecimento sobre a História deveria ser transmitido. O estudo se deu sobre os aspectos físicos da produção do livro, entendendo-o também como mercadoria a ser consumida e sobre os conteúdos, entendendo que a presença ou ausência de determinados temas ou a forma como são abordados seriam determinantes para sua adoção pelos religiosos responsáveis pela administração do citado estabelecimento. Pretendeu-se assim, apurar visão de História e do saber histórico que era repassado aos estudantes diante da missão da instituição de formar clérigos mais afinados com os preceitos romanizadores em vigor no período, constatando-se a predominância da história exemplar e suporte para a construção de uma identidade nacional.

Palavras-chave: Manuais didáticos. Conhecimento Histórico. Ceará no Século XIX.

Introdução

O ensino de história no Ceará, na segunda metade dos oitocentos não diferia muito do restante do Brasil. Havia ainda a subdivisão e a coexistência da história sagrada e da chamada história profana que eram ensinadas nas escolas de nível básico

e secundário. A presença da história sagrada atestava a importância da Igreja como parceira do Estado (Bittencourt, 2008.).

Uma das principais instituições de ensino da Província nesse período era o Seminário Episcopal, responsável pela formação de jovens cearenses não só para a carreira religiosa, mas preparando-os para seguir estudos em várias outras áreas.

O Seminário do Ceará foi fundado num momento em que a Igreja católica passava por um processo de mudança, a chamada romanização. Esse processo objetivava centralizar as questões referentes à religião na igreja, retirando ou reduzindo a atuação do Estado e estabelecia um projeto de igreja universal focado na Sé romana e isso passava, certamente, pela formação dos clérigos. Nesse sentido, o recém-empossado Bispo do Ceará, D. Luis Antônio dos Santos, tendo sido formado no Seminário do Caraça, em Minas Gerais, ponto forte da romanização no Brasil, trouxe os padres lazaristas para se encarregarem da missão de formar os futuros padres cearenses (LIMA, 1982).

Pouco depois da fundação do Seminário foi criada sua biblioteca, um instrumento importante para o trabalho de formação do clero, já que os livros ali contidos serão os principais meios pelos quais os alunos terão contato com um conhecimento maior e com as bases do projeto romanizador. O estudo da biblioteca permite identificar diversos aspectos da formação clerical, assim acha-se pertinente a análise das obras de história que circulavam na instituição, tendo em vista que o ensino dessa disciplina já era essencial nos estudos preparatórios, sobretudo a história sacra.

Os livros de história são encontrados nos mais variados tipos na biblioteca. São livros de história religiosa, hagiografias, história geral e do Brasil, obras sobre acontecimentos específicos, como a Revolução Francesa, além dos manuais propriamente ditos.

Obviamente a maioria são obras de história religiosa ou da igreja em si, na sua maioria escrita por membros do clero. As obras hagiográficas também são inúmeras afinal, conhecer a história dos santos era essencial para a formação dos padres, elas serviam, segundo Certeau (1982), para a transmissão de um exemplo, do modo correto de viver de um cristão.

Mesmo diante da grande quantidade de obras relacionadas à história religiosa, o foco do estudo ora em tela se dará nos livros de história civil encontrados na biblioteca do seminário. Em um primeiro momento algumas obras selecionadas serão apresentadas e analisadas rapidamente com base em sua forma e conteúdo, posteriormente se tratará dos aspectos relacionados à escrita da história, às características das obras que se relacionam aos modelos de produção historiográfica do período.

A história profana nas estantes da biblioteca episcopal.

O ensino de história nas escolas brasileiras foi oficializado na década de 1830, primeiramente na grade curricular do Colégio Pedro II, sendo a História do Brasil incluída em 1855 (Bittencourt, Op. Cit.). Assim sendo, diversos manuais foram adotados pelos colégios primários e secundários no decorrer do século XIX e no seminário de Fortaleza não foi diferente.

Foi possível identificar alguns manuais utilizados pelos professores do seminário, quais sejam, história geral de Chantrel, e o de história do Brasil, de Macedo. Chantrel é mais conhecido pelo seu *História popular dos papas*, também encontrado no seminário, no entanto, até a conclusão deste artigo não foi localizado seu manual de história geral, da mesma forma que o manual de Macedo também ainda não foi localizado, acredita-se que esse autor se trate de Joaquim Manuel de Macedo, que segundo Circe Bitencourt (2008), teve um dos manuais de história do

Brasil mais utilizado por um bom período do século XIX, o *Lições de história do Brasil*.

Destarte esses manuais utilizados diretamente pelos professores, devem ser observados os demais livros de história presentes na biblioteca e que serviam não só como auxiliares nos estudos, mas também para ampliar ou mesmo adquirir conhecimento sobre determinado tema ou época. É possível conjecturar que os alunos procurassem de fato ampliar suas leituras e buscassem outras obras por vezes mais completas que os manuais, bem como os próprios professores buscassem se manter informados e atualizados não apenas sobre os assuntos de suas respectivas disciplinas, mas buscassem conhecimentos os mais diversos.

Assim, era imperativa a manutenção de uma biblioteca que contivesse obras além das básicas para a formação religiosa que de fato dessem suporte para os estudos de alunos e professores, pois “A adoção do livro didático único é mais onerosa que a formação de bibliotecas escolares, com acervo composto por manuais variados, obras de referência, documentos, mapas, etc.” (FILHO, 2007.). Nesse sentido, compreendem-se as demais obras como indispensáveis na formação dos estudantes tanto quanto ou mais que os manuais utilizados em sala de aula, devido mesmo ao seu caráter resumido.

As obras de história geral e do Brasil encontradas na biblioteca tratam tanto de temas amplos como de assuntos ou acontecimentos específicos, o que permite deduzir que era grande o interesse na história, já que essas obras eram adquiridas para compor o acervo, tanto obras individuais como aquelas compostas por vários volumes.

Dos livros de história geral foram encontradas obras como *A história da civilização na França* e *História da civilização na Europa*, de Guizot; *História Universal*, de Jean de Mullet, *História universal*, de Cesare Cantu, *As origens da França contemporânea*, de Taine, e a *História da Revolução francesa*, de Thier,

todos em língua francesa. A maioria dessas obras é composta de vários volumes, no entanto, devido a diversas circunstâncias dentre elas, algumas mudanças de local, vários exemplares que compunham o acervo da biblioteca acabaram por se perder e assim muitos conjuntos de obras ficaram desfalcados.

Dentre esses podem ser dados como exemplo a *História Universal*, de Jean de Mullet e *História Universal*, de Cesare Cantu. No caso do autor francês, apenas um volume foi encontrado, o 17º livro do II Tomo, o de Cantu também se apresenta com volumes esparsos e fora de ordem, bem como em edições várias.

Convém antes de tudo lembrar que quando se fala em história geral ou da civilização, como se propõem a fazer os autores citados, se trata da história do continente europeu e a partir da Idade Média, ou seja, uma visão de história europeizante, exaltando os europeus e tratando dos outros continentes tendo por base sua relação com o Velho Mundo, sobretudo no contexto das colonizações. A história europeia era a verdadeira história da civilização (NADAI, 1993).

No volume disponível da obra de Mullet traduzido do alemão para o francês¹ e editado em 1846, o autor trata do período final da Idade Média europeia até a metade do século XIX, utilizando o método de tratar os eventos relacionados a cada país no período, dando mais atenção à Portugal, Espanha, França e Inglaterra. A África e a América são citadas com maior ênfase a partir do século XVII, ou seja, quando os laços coloniais já estavam devidamente estabelecidos.

Já o livro de César Cantu foi editado pela firma Firmin Didot em Paris, em 1867, tendo sido traduzido do italiano para o francês². O volume analisado trata-se do

¹ Era flagrante o predomínio dos autores franceses ou de obras traduzidas para o francês nos livros de história utilizados no Brasil o que demonstra uma vinculação com os programas escolares da França e a submissão da história ao modelo europeu. Cf. Bittencourt, 2008.

² Uma edição em italiano desta obra também foi encontrada na biblioteca do seminário, no entanto, optou-se por analisar o livro em francês por se ter uma familiaridade maior com esse idioma.

10º tomo, contendo assuntos do período medieval desde as cruzadas, suas origens, seus participantes e uma descrição dos principais reinos europeus, abordando também a questão cultural e intelectual do período tratando da jurisprudência, teologia e das universidades.

Outra obra que chama atenção no acervo é a *História da Revolução Francesa*, de M. A. Thiers. A edição encontrada, em dois grandes volumes foi impressa em 1884 em Paris. Com o texto todo impresso em colunas, possui várias imagens de personagens e cenários importantes para o movimento revolucionário francês, consta e uma grande apresentação e de um discurso feito pelo autor na Academia Francesa quando da publicação da obra, no qual afirma ter consagrado dez anos de sua vida para escrever a história da revolução.

Já a *História do papado*, embora se trate de um livro relacionado à Igreja Católica, cabe situá-lo dentre os livros de história geral por ser uma obra singular. Escrita por Ranke foi bastante criticada quando de sua publicação na década de 1830, tanto pelos católicos que a consideraram muito anticatólica como pelos protestantes que acusaram o autor de ser neutro demais. O volume encontrado é uma tradução para o francês publicado em 1848 no qual consta uma grande apresentação feita pelo tradutor e um prefácio do próprio autor. A obra fala sobre a história da igreja, o surgimento do protestantismo, do surgimento das ordens religiosas e da inquisição estabelecida pelo Concílio de Trento, por fim trata dos papas desde Paulo III até Pio V.

Com relação à história do Brasil, as obras são mais escassas, talvez devido ao fato de durante boa parte do período estudado aqui (1864-1889), o estudo da história pátria ainda fosse considerado como um apêndice da Universal (NADAI, Op. Cit.), logo, além de poucos, alguns eram escritos por autores estrangeiros que davam sua visão eurocêntrica sobre o Brasil e outros escritos por brasileiros com o intuito de enaltecer figuras e acontecimentos com o objetivo de fomentar uma identidade

nacional. Tomou-se como exemplo de cada um desses casos, respectivamente, a *História do Brasil*, de Southey e *História da Fundação do Império Brasileiro*, J. M. Pereira da Silva.

As observações sobre a *História do Brasil*, de Southey foram feitas sobre a edição traduzida do inglês por D. Luis Joaquim de Oliveira e Castro, publicada em 1862 por J. B. Garnier, em Paris. Foi um dos livros de história do Brasil mais conhecidos do século XIX, contendo seis volumes nos quais os acontecimentos são apresentados ano a ano, com a data referente indicada à margem das páginas, assim, o primeiro tomo vai do descobrimento até apenas o ano de 1581 e o último tomo chegando até 1808. A obra é elogiada pelo tradutor que afirma trazer para o português “a melhor história do Brasil”, já o próprio autor enaltece seu trabalho de ter entrelaçado a história do Brasil com a das colônias espanholas afirmando que “Compreende esta obra alguma coisa mais do que o seu título promete”. (SOUTHEY, 1862)

O autor inicia sua narrativa com a viagem de Vicente Pizon, dando a este a primazia da descoberta da costa brasileira em janeiro de 1500. Após narrar a viagem de Cabral, passa a contar a empreita dos espanhóis na região platina, demonstrando assim seu intento de não tratar a história do Brasil em separado da história da América. Ao falar sobre os primeiros colonos estabelecidos aqui o autor cita os degredados afirmando que:

O seu número estava em proporção maior para o dos bons colonos, e assim mais provável que medrassem em iniquidade, do que os reformasse o bom exemplo, que comunicassem o mal, do que aprendessem o bem. As suas relações com os selvagens não produziram senão males: todos se tornarão peores; os anthropophagos adquirirão novos meios de destruição, os Europeus novas práticas de barbaridade. Estes perderão esse horror humano aos banquetes sanguinários, que, malvados como erão, havião sentido ao princípio; aquelles esse

respeito e veneração d'uma raça superior, sentimento que em bem de todos tanto se podiam ter cultivado. (SOUTHEY, Op. Cit. p. 48-49)

O trecho dá a conhecer a ideia do autor acerca dos princípios da colonização, bem como a imagem estabelecida do nativo brasileiro como um ser selvagem que deveria nutrir um sentimento de veneração ao branco, mas que esse sentimento estava ameaçado pelo contato com o branco degredado, mal, que só poderia, do contato com o índio, adquirir suas características selvagens piorando sua natureza. Essa visão ia de encontro ao que se apregoava no Brasil naquele momento, o enaltecimento da figura do indígena como elemento representativo da identidade nacional, sendo exaltado inclusive nas artes como pintura e literatura.

Tão conhecida com a obra acima é a *História da Fundação do Império Brasileiro*, de J. M. Pereira da Silva. Foi publicada entre 1864 e 1868, no Rio de Janeiro por B. L. Garnier e sete tomos foram encontrados na biblioteca do seminário. O livro traz como anexo o projeto para Constituição do Império, além de uma ampla apresentação do autor falando de sua intenção ao escrever o livro e da função de escrever a história.

Percebe-se na narrativa de Pereira da Silva um enaltecimento do reino português. Ao tratar da independência do Brasil, por exemplo, o autor recua para o século XVII para tratar da História de Portugal, as realizações dos reis portugueses até o momento crítico da vinda da família real para o Brasil diante da ameaça napoleônica. É clara a tentativa de construção de uma história heroica, pautada nos grandes feitos dos grandes homens que na visão do autor construíram o Império do Brasil.

Essas formas de narrar a história e as visões projetadas nessas narrativas propõem um olhar acerca da produção da história naquele período, os projetos por

trás dessas construções e a importância de serem repassadas através do ensino primário e secundário.

História para servir de exemplo

Além do conteúdo presente nas obras também é necessário, para se apreender o papel que a história tem na sala de aula, observar os aspectos da produção historiográfica em voga quando da escrita dos livros e manuais didáticos, entendendo-se que:

(...) faz-se mister assinalar que a influência das abordagens teóricas na produção da história a ser ensinada é um ponto presente na literatura ora ventilada, embora essa temática não seja tão frequente nos textos acerca da prática de ensino de história quanto a questão da correlação entre tal prática e seu contexto social. (MATHIAS, 2011)

Ou seja, entender o contexto social no qual se aplica determinada prática de ensino é importante, como também o é a análise da concepção histórica e abordagem teórica que influencia a produção do livro didático utilizado como auxiliar na prática do ensino. Sem esquecer, também que a produção didática estava diretamente ligada ao projeto educacional pensado pelo estado com o objetivo de alargar a participação na prática da cidadania e ao mesmo tempo manter os privilégios das classes dominantes, tendo em vista ser o livro um portador de valores e ideologias (BITTENCOURT, Op. Cit.).

Assim sendo, observa-se a produção didática de história em boa parte do século XIX voltada para a construção de valores liberais e partícipe do processo de laicização da sociedade. No caso da História do Brasil há a questão da criação de uma identidade como nação, desde as obras de Von Martius e Varnhagen.

O fio condutor do processo histórico centralizou-se, assim, no colonizador português e, depois, no imigrante europeu e nas contribuições paritárias de africanos e indígenas. Daí a ênfase no estudo dos aportes civilizatórios - os legados pela tradição liberal europeia. Desta forma, procurava-se negar a condição de país colonizado bem como as diferenças nas condições de trabalho e de posição face à colonização das demais etnias. Procurou-se criar uma *ideia de nação* resultante da colaboração de europeus, africanos e nativos, identificada às similares europeias. (NADAI, Op. Cit. p. 149. Grifo da autora)

Era esse modelo de história pátria que precisava ser difundido pelo país e o seu ensino nas escolas era a forma mais acertada de fazê-lo. Logo, tinham também essa função política de fomentar nos cidadãos um civismo até mesmo necessário dentro de uma nação ainda em construção.

No entanto, levando em consideração o conjunto das obras levantadas – História geral e do Brasil - observa-se não só o desejo de apresentarem os fatos históricos, mas apresentar a história como portadora de exemplos ou de lições, ainda se observando o aspecto de História *Magistra vitae*, tentando promover um aprendizado pautado em experiências, tentando impulsionar os sujeitos para um horizonte de expectativas, usando o conceito de Kozelleck (2006). Embora no período em que a maioria dessas obras foi escrita, já se desenvolvia um princípio de escrita crítica, ou ao menos se alterava o horizonte de expectativa com o entendimento da própria noção de progresso.

O livro de Pereira da Silva apresenta bem esse aspecto. Percebe-se uma história pautada nos grandes acontecimentos, feitos e heróis, como foi dito recua até o século XVII para falar da história e Portugal. Já na obra de Southey, há a exaltação do homem branco civilizado que consegue domar a colônia estranha e selvagem, bem como a menção ao progresso inevitável, ele afirma que sua obra procura “Relatar o progresso das províncias hespanholas adjacentes, cujos negócios veremos nos últimos

tempos inseparavelmente entrelaçados com os do Brasil” (SOUTHEY, Op. Cit. Apresentação.), reafirmando o compromisso de não tratar o Brasil e forma isolada.

É certo dizer que a maioria das obras foi escrita levando em consideração o modelo de história que se fazia à época, o modelo positivista de exaltação de fatos e figuras e baseado na prática da pesquisa dedicada, no uso das fontes oficiais pela busca da verdade e isso é tão importante que os autores fazem questão de deixar claro que fazem uma história isenta de paixões, pautada no método científico.

Pereira da Silva se orgulha de seu trabalho de pesquisa quando diz “Pesquisei, estudei, meditei, e comparei impressos e manuscritos, tradições orais e papéis do estado [...] Teria remorsos de disfarçar a verdade por fraqueza, alterá-la por paixão, ou imaginá-la por preguiça” (p.4-5).

Esse depoimento do autor exprime de forma clara a escrita histórica de modelo positivista que num de seus pressupostos afirma que “A tarefa do historiador em reunir um número significativo de fatos, que são ‘substâncias’ dadas através dos documentos ‘purificados’, restituídos à sua autenticidade externa e interna” (REIS, 1996, p. 13.)

Thiers afirma que escreveu a História da Revolução Francesa, “sem raiva, sem paixão e com um vivo amor pela história de seu país”. O que corrobora o entendimento de que “O historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico etc. em sua relação com o objeto, procurando a ‘neutralidade’” (REIS, Op. Cit, p. 13.).

A questão da imparcialidade também é tida como basilar apresentação da *História do papado*, na qual o tradutor afirma que “não há história sem a condição de se pesquisar com consciência de justiça e verdade, de se mostrar imparcial e dar a cada um o lugar que é seu.”. Ranke afirma que sua intenção era “expor a renovação do poder temporal da igreja, seu desenvolvimento interior, progresso e decadência” (RANKE, 1848, p. 1), e para isso pesquisou documentos oficiais da igreja e de

estados em diversas cidades, aos quais, cidades e documentos, ele faz questão de citar em sua apresentação.

Pode-se perceber, então que o desejo de se produzir uma história verdadeira, baseada em documentos oficiais e, portanto, verídicos, dando aos personagens tidos como importantes seu lugar de direito, era uma constante na produção historiográfica encontrada na biblioteca do seminário.

Conclusão

Assim, foi possível observar que a presença desses diversos livros que tratam de assuntos tão diferentes, trazem em si as ideias dominantes no que dizia respeito ao fazer histórico durante várias décadas do século XIX. Entendendo que esses preceitos eram observados também nos livros que tratavam da história da igreja, porém levando-se em conta que essas obras, escritas em sua maioria por religiosos, careciam, talvez da tão cara imparcialidade.

Nesse sentido, as obras de caráter histórico, apesar das orientações e preceitos envolvidos em sua concepção, estavam sujeitas aos usos aos quais faziam delas os mestres do seminário imbuídos da missão de formar os jovens dentro dos preceitos religiosos e, sobretudo, romanizadores.

Tendo em vista que a pesquisa ainda está em seu princípio, outras obras podem vir a serem descobertas e uma análise mais profunda pode ser realizada observando outros pormenores e outras características das mesmas.

Referências

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FILHO, João Ernani Furtado. A teoria na prática: História na sala de aula. In: *Trajetos*. Revista do programa de pós-graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. v. 5, n. 9/10 (dez.2007). Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2007. pp. 117-128

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.

LIMA, Francisco. *O Seminário da Prainha*. Fortaleza: BNB, 1982.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. In: *História Unisinos*. v. 15, nº 1. Janeiro/abril de 2011. pp 41-49

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In: *Revista Brasileira de História*. V. 13, nº 25/26. São Paulo, set. 92/ago. 93. pp. 143-162.

RANKE, L. *Histoire du Papauté*. Paris: Sagnier e Bray, Libraires- Editeurs, 1848.

REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo, Ática, 1996.

SILVA, J. M. Pereira da. *História da Fundação do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Editor, 1864.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862